



2019.02.21

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL****ATA NÚMERO 38/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a trigésima oitava reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número trinta e sete da reunião desta Câmara Municipal de sete de fevereiro corrente, a qual foi aprovada por unanimidade sem alterações.

Não estando público presente, passou-se de imediato ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse o seguinte:

"Saiu a publicação do ranking das escolas, fui ver e mais do que pelo ranking (até porque não concordo muito com os critérios utilizados), mas pelos resultados, o ano passado os alunos da Escola C+S de Tarouca, nas disciplinas de Física e Química obtiveram um resultado que merece ser elogiado. Em termos nacionais, a nossa escola tem a terceira melhor média nacional.

Considero por isso de elogiar os alunos, o Diretor, os professores. No entanto, quero realçar o empenho do Professor Francisco Botelho, que era o titular da disciplina e que prima pela dedicação e motivação dos alunos, estando os resultados à vista.

Porque é que a escola não consegue e mesmo nas outras disciplinas? O que difere é que não tiveram o mesmo professor. Qual é o programa de trabalho que a escola proporciona a estes alunos?

Concluimos que o trabalho feito em cada uma das disciplinas não é o mesmo. Isto merece uma reflexão, porque a escola e os alunos são capazes. O corpo docente faz toda a diferença, principalmente, nas disciplinas nucleares.

E, de facto, o trabalho exemplar deste professor está aqui refletido, devendo-nos sentir todos muito satisfeitos. Se refletirmos bem, podemos conseguir o mesmo nas outras disciplinas.

No que respeita à educação, vi um folheto do Programa Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), aprovado na CIMDouro e, neste âmbito, aproveito para dizer

que seria talvez uma boa ferramenta, para ir ao encontro das dificuldades que referi. Mas não vejo muito disso neste plano. Nós hoje não temos abandono escolar em Tarouca. Aliás a legislação não o permite, porque os alunos têm que estar na escola. Mas insucesso escolar temos. E com este plano poderíamos ir ao encontro do que falta melhorar, nomeadamente os resultados, que são muito importantes para o futuro dos alunos."

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte:

"Proponho uma felicitação conjunta a enviar à Escola. É um trabalho da Escola, das parcerias que existem. Quanto ao insucesso escolar, estamos a trabalhar para o reduzir."

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse o seguinte:

"Relativamente ao sucesso referido, deixo vincada a minha visão pessoal sobre esta matéria. A forma como no século XXI continuamos a contratar professores não é a melhor. O Professor Francisco Botelho é um Tarouquense, e queiramos ou não, influencia a forma como olha os alunos da sua terra, e isso também faz a diferença.

Ora, no setor privado são contratados os docentes que se querem, enquanto no setor público não acontece assim.

Quanto ao Plano Integrado de Combate ao Insucesso Escolar, é um projeto do Município que foi aproveitado por todos os Municípios da CIMDouro. Serve para combater o insucesso, o que não é justo, nem é lógico, já que não é um programa para promover o sucesso.

Este programa não tem como foco trabalhar alunos que tenham quinze para passarem a ter dezoito valores.

O objetivo do programa é reduzir o número de alunos que abandonam o ensino, reduzir o número de notas negativas em percentagem e não aumentar as médias.

A título de exemplo, obriga-nos a reduzir o abandono escolar em vinte por cento. Como Tarouca tem zero de abandono escolar, vamos entrar em incumprimento.

Obviamente vamos trabalhar no sentido de combater o insucesso, mas tudo faremos para promover o sucesso e melhorar as notas dos alunos que já são de mérito escolar."

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte:

"Também vejo com bons olhos esta situação do combate ao insucesso escolar, porque para mim os alunos que têm mais dificuldades são aqueles que devem ser apoiados para melhorarem os seus resultados."

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira disse o seguinte:

"Estes programas não podem ser abrangentes e nem podem prever as duas medidas, combater o insucesso e aumentar as médias, sob pena de não se conseguir atingir nenhum deles."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar um voto de congratulação e felicitação ao Agrupamento de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.02.21

CÂMARA MUNICIPAL

Escolas de Tarouca, pelos excelentes resultados obtidos a nível nacional, no ano letivo 2017-2018, nas disciplinas de Física e de Química, fruto do trabalho e empenho de toda a comunidade escolar.

Foi ainda deliberado por unanimidade comunicar por ofício à Direção do Agrupamento a aprovação do referido voto.

Não havendo outras intervenções, passou-se de imediato à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Celebração de protocolo de parceria com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Tarouca para execução da empreitada de valorização da Igreja de S. Pedro de Tarouca - proposta

PONTO 2 - Regulamento de toponímia e numeração de polícia do Município de Tarouca - início do procedimento de elaboração - proposta

PONTO 3 - Regulamento da publicidade e da ocupação do espaço público do Município de Tarouca - início do procedimento de elaboração - proposta

PONTO 4 - Adesão do Município à Associação Nacional das Assembleias Municipais - pedido de autorização

PONTO 5 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 6 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 7 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 8 - Pedido de destaque de parcela em nome de Flávio Gouveia Sarmiento, no lugar da Tanchaveira ou Pealvo, em Tarouca - proposta

PONTO 9 - Pedido de destaque de parcela em nome de José Leonel da Costa Monteiro, no lugar do Senhor dos Matosinhos - Cravaz, em Tarouca - proposta;

PONTO 10 - Processo de operação de loteamento com obras de urbanização n° 77/18, em nome de Valdemar de Carvalho Pereira, em Dálvares - pedido de prestação de caução sob a forma de hipoteca, para garantia da boa execução das obras de urbanização

PONTO 11 - Processo n° 16/93 em nome de Salvador Cardoso Ferreira - ampliação de edifício para habitação

PONTO 12 - Processo n° 159/18 em nome de Miguel Dias dos Santos - pedido de obras para alteração da utilização

PONTO 13 - Empreitada de "Requalificação do Parque de Santa Helena" - projeto, caderno de encargos e orçamento no valor de € 427.118,12;

PONTO 14 - Empreitada de "Valorização da Igreja de São Pedro de Tarouca" - projeto, caderno de encargos e orçamento no valor de € 135.700,00;

PONTO 15 - Contrato promessa de compra e venda celebrado com Marcos de Jesus Pereira

PONTO 1 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE PARCERIA COM A FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE TAROUCA PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE VALORIZAÇÃO DA IGREJA DE S. PEDRO DE TAROUCA - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE PARCERIA COM A FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE TAROUCA PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE VALORIZAÇÃO DA IGREJA DE SÃO PEDRO DE TAROUCA
PROPOSTA**

Considerando que:

1- A Igreja de S. Pedro de Tarouca é um monumento de grande valor patrimonial, cuja primeira referência documental data de 1163, classificado de Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n° 37 077, de 29.09.1948.

2- O imóvel foi objeto de diagnóstico com a avaliação preliminar do seu estado de conservação, pelos serviços da Direção Regional de Cultura do Norte, verificando-se a necessidade execução de trabalhos de conservação e restauro (talha e acessórios de retábulo, elementos de arquitetura - tetos, escultura de vulto, mobiliário eclesiástico).

3- Está aberto concurso para apresentação de candidaturas ao PROVERE (Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos) - Projetos Âncora no âmbito da iniciativa Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) sendo elegíveis projetos de valorização daquele património.

4- O relevante interesse municipal na preservação da Igreja de S. Pedro de Tarouca, dada a sua importância no património histórico-cultural do Município de Tarouca e do País.

5- Está prevista a integração da Igreja de S. Pedro de Tarouca na Rota dos Monumentos Vale do Varosa, dando-lhe visibilidade a nível nacional e internacional.

6- O Município dispõe de atribuições no domínio do património e da promoção do desenvolvimento, competindo à Câmara Municipal assegurar, incluindo a constituição de parcerias, entre outras, a recuperação do património cultural do município, que abrange todos os bens com interesse histórico e arquitetónico (alíneas e) e m) do n°2 do artigo 23° e alínea t) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n°75/2013, de 12.09).

7- A obra de valorização da Igreja de S. Pedro de Tarouca, no montante de € 100 000,00, está prevista no Plano Plurianual de Investimentos para 2019.

8- A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Tarouca não dispõe de meios técnicos e financeiros para executar este investimento.

9- As ações de parceria com outras entidades, no contexto concelhio, têm-se revelado muito frutuosa, permitindo a realização dos objetivos fixados, de forma económica e eficaz,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.02.21

CÂMARA MUNICIPAL

Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere ao abrigo do disposto na alínea t) do n° 1° do art. 33° do anexo I da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, celebrar com a Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca um protocolo de parceria para a execução, pelo Município de Tarouca, da empreitada de "Valorização da Igreja de São Pedro de Tarouca", de acordo com o orçamento, caderno de encargos e projeto da obra.

A operação será candidatada no âmbito do âmbito da iniciativa Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE - Projetos Âncora, Aviso n° Norte-28-2018-37.

Mais proponho a aprovação da minuta do protocolo a celebrar, em anexo.

Paços do Município, 15 de fevereiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e celebrar com a Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca um protocolo de parceria para a execução, pelo Município de Tarouca, da empreitada de "Valorização da Igreja de São Pedro de Tarouca", de acordo com o orçamento, caderno de encargos e projeto da obra.

A operação será candidatada no âmbito do âmbito da iniciativa Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE - Projetos Âncora, Aviso n° Norte-28-2018-37.

Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar a minuta do protocolo a celebrar, em anexo.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - REGULAMENTO DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE TAROUCA - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, a qual a seguir se transcreve:

"REGULAMENTO DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE TAROUCA

**INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO
PROPOSTA**

Nos termos, respetivamente, das alíneas ss) e tt) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n°75/2013, de 12.09, é da competência da Câmara Municipal:

a) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;

b) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios.

Em 11.08.1999, foi publicada no Diário da República, 2ª série, n° 186, apêndice n° 99, a Postura Municipal sobre Numeração de Polícia, a qual se mantém inalterada.

A maioria das regras previstas na referida Postura estão desatualizadas face às modernas tecnologias de georreferenciação o que impõe a adoção, nomeadamente, de diferente metodologia de numeração de polícia, adequada às

normas de distribuição de correio e de localização em caso de emergência.

Por outro lado, é necessário definir modernos procedimentos de atribuição do número de polícia, aplicáveis a todo o concelho, bem como fixar sanções para os casos de incumprimento.

Finalmente, impõe-se a fixação de regras sobre a atribuição da denominação das ruas, entendidas em sentido amplo, garantindo a uniformidade dos critérios e dos procedimentos a utilizar, quer pelos serviços, quer pelos interessados.

Neste contexto,

Nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei n.º 42/2014, de 11.07, **proponho** a V.Exa que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 1209, desencadear o procedimento de elaboração do **Regulamento de toponímia e numeração de polícia do Município de Tarouca** que visa fixar novas as regras gerais dos respetivos procedimentos de atribuição e revogar as normas atualmente em vigor sobre estas matérias.

O início deste procedimento será objeto de publicitação no sítio da Internet, www.cm-tarouca.pt.

Podem constituir-se como interessados no procedimento aqueles que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender os interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.

Os interessados podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de regulamento, no prazo de 20 dias úteis após a publicitação do início do procedimento, mediante comunicação escrita que contenha a identificação completa dos mesmos, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Tarouca, Edifício dos Paços do Município, Av. Dr. Alexandre Taveira Cardoso, 3610-128 Tarouca, enviada por correio, sob registo; através de correio eletrónico para camara@cm-tarouca.pt ou entregue no Balcão Único, sito na referida morada.

Paços do Município, 19.02.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira”

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que algumas freguesias, como por exemplo Mondim da Beira, têm este trabalho feito, por isso perguntou: se o objetivo deste regulamento é corrigir alguma coisa que esteja mal; se não havia já regulamento sobre a matéria e se qualquer sugestão pode ser apresentada nesta fase.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, em resposta, informou que o objetivo do regulamento são as novas situações



El. 173
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.02.21

CÂMARA MUNICIPAL

e que sobre a matéria só existia uma postura. Informou ainda que pode ser apresentada qualquer sugestão nesta fase.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e desencadear o procedimento de elaboração do Regulamento de toponímia e numeração de polícia do Município de Tarouca que visa fixar novas regras gerais dos respetivos procedimentos de atribuição e revogar as normas atualmente em vigor sobre estas matérias.

O início deste procedimento será objeto de publicitação no sítio da Internet, www.cm-tarouca.pt.

Podem constituir-se como interessados no procedimento aqueles que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender os interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.

Os interessados podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de regulamento, no prazo de 20 dias úteis após a publicitação do início do procedimento, mediante comunicação escrita que contenha a identificação completa dos mesmos, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Tarouca, Edifício dos Paços do Município, Av. Dr. Alexandre Taveira Cardoso, 3610-128 Tarouca, enviada por correio, sob registo; através de correio eletrónico para camara@cm-tarouca.pt ou entregue no Balcão Único, sito na referida morada.

PONTO 3 - REGULAMENTO DA PUBLICIDADE E DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TAROUCA - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, a qual a seguir se transcreve:

"REGULAMENTO DA PUBLICIDADE E DA OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TAROUCA

INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO PROPOSTA

1-Nos termos do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 97/88, de 17.08: *"competem às câmaras municipais, para salvaguarda do equilíbrio urbano e ambiental a definição dos critérios de licenciamento aplicáveis na área do respetivo concelho."*

Por outro lado, o n.º 5 da mesma norma estabelece que compete aos municípios a definição dos critérios que devem ser observados na afixação e inscrição das mensagens publicitárias não sujeitas a licenciamento nos termos das alíneas b) e c) do n.º 3.

Finalmente, o artigo 11.º do referido diploma, estabelece que compete à assembleia municipal, por iniciativa própria ou sob proposta da câmara municipal, elaborar os regulamentos necessários à execução da Lei n.º 97/88, de 17.08.

Até esta data, os órgãos municipais não aprovaram o referido regulamento.

No entanto, verifica-se, em especial, a necessidade de definir os critérios que devem ser observados na afixação e inscrição das mensagens publicitárias não sujeitas a licenciamento, tendo em conta a realidade local, sob pena de aplicação subsidiária dos critérios referidos no anexo IV ao citado diploma, de aplicação genérica a todo o país, conforme acontece atualmente.

2-Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1.04, compete aos municípios a definição dos critérios a que deve estar sujeita a ocupação do espaço público para salvaguarda da segurança, do ambiente e do equilíbrio urbano, para efeitos de exploração de estabelecimento público.

Até esta data, os órgãos municipais não aprovaram estes critérios.

Por outro lado, o Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 135, de 14.07.2010, prevê na Secção III, artigos 46.º a 61.º, regras sobre a ocupação do espaço público, que incluem as esplanadas, os corpos balanceados, vitrinas e anúncios, bem como por motivo de obras. Algumas dessas regras devem considerar-se tacitamente revogadas pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, 01.04, que aprova o Licenciamento Zero, e outras devem ser incluídas em regulamento próprio, de modo a não serem confundidas com as regras aplicáveis aos pedidos em matéria de urbanização e edificação.

Neste contexto,

Nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei n.º 42/2014, de 11.07, **proponho** a V.Exa que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, desencadear o procedimento de elaboração do Regulamento da Publicidade e da Ocupação do Espaço Público do Município de Tarouca que visa, nomeadamente:

- a) a definição dos critérios que devem ser observados na afixação e inscrição das mensagens publicitárias não sujeitas a licenciamento nos termos das alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 97/88, de 17.08 e a definição dos critérios e regras gerais sobre publicidade e respetivo licenciamento, quando necessário;

- b) a definição dos critérios a que deve estar sujeita a ocupação do espaço público para salvaguarda da segurança, do ambiente e do equilíbrio urbano, para efeitos de exploração de estabelecimento público e outros casos, desde que não estejam abrangidos pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16.12.

O início deste procedimento será objeto de publicitação no sítio da Internet, www.cm-tarouca.pt.



180
Fl. *[Signature]*

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

2019.02.21

Podem constituir-se como interessados no procedimento aqueles que, nos termos do nº1 do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender os interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.

Os interessados podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de regulamento, no prazo de 20 dias úteis após a publicitação do início do procedimento, mediante comunicação escrita que contenha a identificação completa dos mesmos, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Tarouca, Edifício dos Paços do Município, Av. Dr. Alexandre Taveira Cardoso, 3610-128 Tarouca, enviada por correio, sob registo; através de correio eletrónico para camara@cm-tarouca.pt ou entregue no Balcão Único, sito na referida morada.

Paços do Município, 19.02.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e desencadear o procedimento de elaboração do Regulamento da Publicidade e da Ocupação do Espaço Público do Município de Tarouca que visa, nomeadamente:

a) a definição dos critérios que devem ser observados na afixação e inscrição das mensagens publicitárias não sujeitas a licenciamento nos termos das alíneas b) e c) do nº3 do artigo 1º da Lei nº 97/88, de 17.08 e a definição dos critérios e regras gerais sobre publicidade e respetivo licenciamento, quando necessário;

b) a definição dos critérios a que deve estar sujeita a ocupação do espaço público para salvaguarda da segurança, do ambiente e do equilíbrio urbano, para efeitos de exploração de estabelecimento público e outros casos, desde que não estejam abrangidos pelos nºs 1 e 2 do artigo 3º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº555/99, de 16.12.

O início deste procedimento será objeto de publicitação no sítio da Internet, www.cm-tarouca.pt.

Podem constituir-se como interessados no procedimento aqueles que, nos termos do nº1 do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender os interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.

Os interessados podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de regulamento, no prazo de 20 dias úteis após a publicitação do

início do procedimento, mediante comunicação escrita que contenha a identificação completa dos mesmos, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Tarouca, Edifício dos Paços do Município, Av. Dr. Alexandre Taveira Cardoso, 3610-128 Tarouca, enviada por correio, sob registo; através de correio eletrónico para camara@cm-tarouca.pt ou entregue no Balcão Único, sito na referida morada.

PONTO 4 - ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

**"ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO**

Considerando que

- Foi constituída a Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), com sede na freguesia de Cedofeita, concelho do Porto, por escritura de 07 de maio de 2016, cujo objeto é valorizar o papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios, apoiando e promovendo para o efeito estudos, seminários, congressos e publicações;
- São associados da ANAM os Municípios, representados pelos respetivos Presidentes da Assembleia Municipal, cujas assembleias municipais hajam deliberado a sua adesão a esta Associação;
- A Assembleia Municipal em sua sessão ordinária de 01 de fevereiro de 2019 recomendou à Câmara Municipal que delibere a participação do Município na ANAM, com uma quota anual de € 1.000,00,

Proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal autorização para a adesão deste Município à Associação Nacional das Assembleias Municipais, na qual será representado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Mais proponho que sejam aprovados os estatutos da mencionada Associação e o pagamento da quota anual de € 1.000,00 (mil euros).

Paços do Município, 19 de fevereiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada dos estatutos da ANAM-Associação Nacional das Assembleias Municipais, aprovados na sua assembleia geral de 25.03.2017. Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, solicitar à Assembleia Municipal autorização para a adesão deste Município à ANAM-Associação Nacional das Assembleias Municipais, na qual será representado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de acordo com os respetivos estatutos



Fl. 181
[Signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

2019.02.21

e mediante o pagamento da quota anual de € 1.000,00 (mil euros).

PONTO 5 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:
"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)
Período de 02.02.2019 a 18.02.2019

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira**

Total: € 348,87

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a construção da Capela Mortuária de Vila Chã da Beira.

❖ **Fábrica da Igreja da Freguesia da União das Freguesias de Gouviães e Ucanha**

Total: € 132,61

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Casa Paroquial em Ucanha.

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares**

Total: € 401,65

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

❖ **Associação Recreativa e Cultural de Meixedo**

Total: € 1.086,42

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) a sede da Associação.

Tarouca, 19 de fevereiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 6 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:
"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 02.02.2019 a 18.02.2019

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Junta de Freguesia de Salzedas**

Total: € 473,50

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da realização do evento "XXXVIII Encontro de Cantadores de Janeiras" no dia 06/01/2019.

❖ **Santa Casa da Misericórdia da de Tarouca**

Total: € 95,85

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de S. João de Tarouca**

Total: € 492,00

Finalidade: Apoio em espécie (material pirotécnico) para as festas em Honra de São Brás de 2019 em S. João de Tarouca.

❖ **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca**

Total: € 1.046,12

Finalidade: Apoio em espécie (material publicitário) aquando das I Jornadas de Emergência Pré-hospitalar do dia 18/11/2018.

Tarouca, 19 de fevereiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 7 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número trinta e seis, de vinte de fevereiro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 114.885,31 (cento e catorze mil e oitocentos e oitenta e cinco euros e trinta e um cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 239.527,19 (duzentos e trinta e nove euros e quinhentos e vinte e sete euros e dezanove cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 8 - PEDIDO DE DESTAQUE DE PARCELA EM NOME DE FLÁVIO GOUVEIA SARMENTO, NO LUGAR DA TANCHAVEIRA OU PEALVO, EM TAROUCA - PROPOSTA

Presente a proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"PROPOSTA DE DECISÃO

Processo n.º 28/19

Local: Tanchaveira ou Pealvo - Tarouca

Titular: Flávio Gouveia Sarmento

ASSUNTO: DESTAQUE De PARCELA

Presente um requerimento registado sob o n.º 1076/19 em nome de Flávio Gouveia Sarmento, residente no lugar de Esporões, freguesia de união das freguesias de Tarouca e Dálvares, solicitando a desanexação de uma parcela de terreno de um prédio rústico com a área total de 6910,00m2, descrito na Conservatória de Registo Predial de Tarouca sob o n.º 1164/19941128 e inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6º da respetiva freguesia, sito no lugar de Tanchaveira ou Pealvo, freguesia de união das freguesias de Tarouca e Dálvares, nos termos do artigo 6º do RJUE.



MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

2019.02.21

No âmbito da informação/despacho constante do processo, proponho que esta câmara aprecie e delibere sobre o destaque da parcela proposta, nas condições do n.º 4 do artigo 6º do RJUE, dada a atual redação do n.º 10 do mesmo artigo, verificando-se claramente que a parcela a destacar possui a sua maior área em perímetro urbano.
Tarouca, 8 de fevereiro de 2019.

A Vereadora Responsável pelo Pelouro,

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do pedido de destaque e da informação prestada pelo Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Urbanística e do Ambiente, datada de 12.02.2019, onde conclui que o destaque de parcela está isento de licença e é viável nos termos do artigo 6º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), dado que do mesmo resultarão duas parcelas, uma a destacar com 1 923,8 m2, a confrontar com caminho público, que se situa integralmente dentro do perímetro urbano e outra sobrance, dentro e fora do perímetro urbano, com 4 986 m2 e a confrontar de igual modo com caminho público.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira disse o seguinte:

"Este processo contém uma infinidade de dúvidas jurídicas, suscitadas pelos serviços técnicos.

Ora, a redação do número dez do artigo sexto do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), que está mencionada no parecer técnico, não se encontra em vigor desde dois mil e dez. Acho que a redação atual do artigo é muito clara.

O técnico emitiu um parecer com base num artigo que já não tem essa redação. Se o artigo refere estando a parcela a destacar dentro ou fora do perímetro urbano, aplica-se a localização da área maior, então não há dúvida no deferimento do presente pedido destaque. Aliás, o próprio técnico o propõe, só que as condicionantes é que são diferentes."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias perguntou se estamos a falar de um terreno com uma parcela na área urbana e outra na área agrícola.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira informou que sim. Disse ainda que se trata da aplicação do citado número décimo do artigo sexto na sua redação atual, que todos os juristas dizem que resolve todas as dúvidas existentes.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nos esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, aprovar o pedido de destaque da parcela proposta, nas condições do número quatro do artigo sexto do RJUE, dada a atual redação do número dez do mesmo artigo, verificando-se claramente que a parcela a destacar possui a sua maior área em perímetro urbano.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9 - PEDIDO DE DESTAQUE DE PARCELA EM NOME DE JOSÉ LEONEL DA COSTA MONTEIRO, NO LUGAR DO SENHOR DOS MATOSINHOS - CRAVAZ, EM TAROUCA - PROPOSTA

Presente a proposta da **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira**, que a seguir se transcreve:

"PROPOSTA DE DECISÃO

Processo n.º 8/19

Local: Senhor dos Matosinhos - Cravaz - Tarouca

Titular: José Leonel da Costa Monteiro

ASSUNTO: DESTAQUE De PARCELA

Presente um requerimento registado sob o n.º 280/19 em nome de José Leonel da Costa Monteiro, residente no lugar de Esporões, freguesia de união das freguesias de Tarouca e Dálvares, solicitando a desanexação de uma parcela de terreno de um prédio rústico com a área total de 39.400,00m², descrito na Conservatória de Registo Predial de Tarouca sob o n.º 459/19900518 e inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 2373º da respetiva freguesia, sito no lugar de Senhor dos Matosinhos - Cravaz, freguesia de união das freguesias de Tarouca e Dálvares, nos termos do artigo 6º do RJUE.

No âmbito da informação/despacho constante do processo, proponho que esta câmara aprecie e delibere sobre o destaque da parcela proposta, nas condições do n.º 4 do artigo 6º do RJUE, dada a atual redação do n.º 10 do mesmo artigo, verificando-se claramente que a parcela a destacar possui a sua maior área em perímetro urbano.

Tarouca, 8 de fevereiro de 2019

A Vereadora Responsável pelo Pelouro,

a) **Susana Cristina Dias Pereira**".

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do pedido de destaque e da informação prestada pelo Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Urbanística e do Ambiente, datada de 22.01.2019, onde conclui que o destaque de parcela está isento de licença e é viável nos termos do artigo 6º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação(RJUE), dado que do mesmo resultarão duas parcelas, uma a destacar com 9 265 m², a confrontar com a estrada municipal, que é abrangida simultaneamente por áreas dentro e fora do aglomerado urbano, verificando-se ser a área maior a que está dentro do perímetro urbano, nos termos do PDMT e outra sobrance, fora do perímetro urbano, com 30 135 m² e a confrontar de igual modo com estrada municipal.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira informou que é presente pedido é idêntico ao anterior.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e defiro o presente pedido de destaque da parcela proposta, nas condições do número quatro do artigo sexto do RJUE, dada a atual redação do número dez do mesmo artigo, verificando-se claramente que a parcela a destacar possui a sua maior área em perímetro urbano.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.02.21

CÂMARA MUNICIPAL

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

O Senhor Presidente da Câmara, por impedimento legal, retirou-se da reunião para a discussão deste assunto, tendo passado a presidir o Senhor Vice-Presidente.

PONTO 10 - PROCESSO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO Nº 77/18, EM NOME DE VALDEMAR DE CARVALHO PEREIRA, EM DÁLVARES - PEDIDO DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO SOB A FORMA DE HIPOTECA, PARA GARANTIA DA BOA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO

Presente a proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"PROPOSTA DE DECISÃO

PROCESSO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO 77/18

REQ. VALDEMAR DE CARVALHO PEREIRA

LUGAR: QUINTA DA BOAVISTA - DÁLVARES

PEDIDO: PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO SOB A FORMA DE HIPOTECA, PARA GARANTIA DA BOA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO

Presente um requerimento, em nome de Valdemar de Carvalho Pereira, residente em Av. de Vila Meã, freguesia de Ferreirim, município de Lamego, proprietário do prédio urbano, sito no lugar Quinta da Boavista - Dálvares, união das freguesias de Tarouca e Dálvares, solicitando a prestação de caução na forma de hipoteca sobre os lotes a constituir no referido loteamento assinalados na planta, por considerar que o valor dos mesmos é suficiente para acautelar a boa e regular execução das obras de urbanização,

Proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre a prestação de caução destinada a garantir a boa execução das obras de urbanização previstas no processo de licenciamento de operação de loteamento urbano com obras de urbanização com o nº 77/18, no valor de 193.131,30€ sob a forma de hipoteca sobre os lotes a constituir no referido loteamento, sito no lugar da Quinta da Boavista - Dálvares, freguesia de união das freguesias de Tarouca e Dálvares, município de Tarouca, descrito na Conservatória de Registo Predial de Tarouca sob o nº 150/19901003, e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 574º, com fundamento na informação do Chefe de Divisão da DGUA, constante do processo.

Tarouca, 19 de fevereiro de 2017

A Vereadora do Pelouro,

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada de uma informação do Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Urbanística e do Ambiente, datada de dezanove de fevereiro corrente, referente à avaliação dos lotes a hipotecar, onde conclui que "o valor de mercado dos 7 lotes estimam-se em 196 857,00, o que garante, como solicitado o valor da caução de 193 131,30€, para assegurar as obras de urbanização, conforme ofício da CMTarouca nº87/19, de 16.01.2019."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que se ouve dizer que o Município está a fazer os acessos neste loteamento, perguntando se é verdade.

O Senhor Vice-Presidente esclareceu que isso não é verdade, e é uma calúnia que tentam espalhar, sendo que tal boato apenas tem como objetivo difamar.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, aprovar a presente proposta, a prestação de caução destinada a garantir a boa execução das obras de urbanização previstas no processo de licenciamento de operação de loteamento urbano com obras de urbanização com o n.º 77/18, no valor de 193.131,30€ sob a forma de hipoteca que incidirá sobre os lotes n.ºs 1 a 7 a constituir no referido loteamento, que incide sobre o prédio rústico, sito no lugar da Quinta da Boavista - Dálvares, freguesia de União das freguesias de Tarouca e Dálvares, município de Tarouca, descrito na Conservatória de Registo Predial de Tarouca sob o n.º 150/19901003, e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 574.º, com fundamento na informação do Chefe de Divisão da DGUA, constante do processo.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Terminada a discussão deste assunto, o Senhor Presidente da Câmara regressou à reunião.

PONTO 11 - PROCESSO N.º 16/93 EM NOME DE SALVADOR CARDOSO FERREIRA - AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA HABITAÇÃO

Presente a proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"PROPOSTA DE DECISÃO

Processo n.º 16/93

Local: AV. FRANCISCO SÁ CARNEIRO

Titular: SALVADOR DARSOSO FERREIRA

ASSUNTO: AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA HABITAÇÃO

Presente o requerimento n.º 8218/18, em nome de MIGUEL DIAS DOS SANTOS, proprietário do prédio urbano com 980,00m2, sito na Av. 25 de Abril, freguesia de Mondim da Beira, relativo ao pedido de obras para alteração de utilização

Proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre o teor da informação técnica, sendo de considerar a pretensão como não sujeita a licenciamento, sem prejuízo dos procedimentos devidos pelo RJUE à alteração da utilização na sequência de obras isentas de controlo prévio, tendo em conta a confrontação da proposta com os seus antecedentes, processos existentes nos serviços, e enquadramento sobre o tipo de obras retratadas em processos análogos.

Tarouca, 19 de fevereiro de 2019

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em
25/10/2013)

a) Susana Cristina Dias Pereira"



2019.02.21

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do processo de licenciamento de operações urbanísticas n.º 16/93, do qual consta uma informação do Chefe de Divisão da Divisão de Gestão urbanística e do Ambiente, datada de 19.10.2018, onde propõe que o requerente instrua o pedido em conformidade; justifique a admissibilidade da proposta em termos de PDM e RMUE e solicite a dispensa de normas ou projetos/planos, se for o caso. Mais informa que o projeto de arquitetura dá agora cumprimento ao solicitado em termos de RGEU.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias solicitou esclarecimento sobre este processo, dado que não percebeu bem a documentação enviada.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira explicou o seguinte:

"No meu despacho considerei as obras objeto do pedido como obras de escassa relevância.

O requerente tem um sótão, que não fazia parte do primeiro processo de licenciamento, datado de 1994, e relativamente ao qual há uns tempos apresentou pedido de licenciamento, que foi indeferido.

Neste caso não estamos a falar da ampliação do edifício, o que quer dizer que a obra está licenciada, falta decidir a alteração do uso do sótão.

Todo este processo tem sido encaminhado como uma legalização, quando o que está em causa é a utilização.

Como já não é a primeira vez que não há enquadramento técnico do pedido, nos termos da lei, neste caso, sendo uma legalização da utilização, o senhor também pode vir pedir a dispensa de cumprimento de alguma regra sobre acessibilidade."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nos esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, considerar a presente pretensão como não sujeita a licenciamento, sem prejuízo dos procedimentos devidos pelo RJUE à alteração da utilização na sequência de obras isentas de controlo prévio, tendo em conta a confrontação da proposta com os seus antecedentes, processos existentes nos serviços, e enquadramento sobre o tipo de obras retratadas em processos análogos.

PONTO 12 - PROCESSO N.º 159/18 EM NOME DE MIGUEL DIAS DOS SANTOS - PEDIDO DE OBRAS PARA ALTERAÇÃO DA UTILIZAÇÃO

Presente a proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"PROPOSTA DE DECISÃO

Processo n.º 159/18

Local: AV. 25 DE ABRIL N.º 20 MONDIM DA BEIRA

Titular: MIGUEL DIAS DOS SANTOS

ASSUNTO: PEDIDO DE OBRAS PARA ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

Presente o requerimento n.º 8218/18, em nome de MIGUEL DIAS DOS SANTOS, na qualidade de titular do prédio urbano, sito na Av. 25 de Abril, freguesia de Mondim da Beira, relativo ao

pedido de licença de obras para alteração de utilização do edifício existente.

Proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre o teor da informação técnica, sendo de considerar a pretensão como não sujeita a licenciamento, sem prejuízo dos procedimentos devidos pelo RJUE à alteração da utilização na sequência de obras isentas de controlo prévio, tendo em conta a confrontação da proposta com os seus antecedentes, processos existentes nos serviços, e enquadramento sobre o tipo de obras retratadas em processos análogos.

Tarouca, 19 de fevereiro de 2019

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO,
(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em
25/10/2013)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do processo de licenciamento de operações urbanísticas nº 159/18, do qual consta uma informação do Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Urbanística e do Ambiente, datada de 07.11.2018, onde conclui que não há inconveniente na proposta em termos técnico-legais, pelo que propõe a aprovação do projeto de arquitetura e uma vez que inclui os projetos de especialidades, por razões de economia processual, cumulativamente o deferimento do processo.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira informou que na fração autónoma existente no mesmo piso do edifício onde se localiza a fração autónoma objeto do presente pedido já aconteceu exatamente o mesmo. Esse processo entrou e eu fiz um despacho de arquivamento, uma vez que se trata de obras de escassa relevância, porque estamos aqui para ajudar e não para complicar o que é de escassa relevância.

Ao lado é igual, o que quer dizer que iríamos ter duas decisões diferentes."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, com fundamento na informação prestada pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, considerar a presente pretensão como não sujeita a licenciamento, sem prejuízo dos procedimentos devidos pelo RJUE à alteração da utilização na sequência de obras isentas de controlo prévio, tendo em conta a confrontação da proposta com os seus antecedentes, processos existentes nos serviços, e enquadramento sobre o tipo de obras retratadas em processos análogos.

PONTO 13 - EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE SANTA HELENA" - PROJETO, CADERNO DE ENCARGOS E ORÇAMENTO NO VALOR DE € 427.118,12

Presente o processo da empreitada de "Requalificação do Parque de Santa Helena", composto pelo projeto, caderno de encargos e orçamento no valor de € 427.118,12 (quatrocentos e vinte e sete mil e cento e dezoito euros e doze cêntimos).

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto, o caderno de encargos e o orçamento no valor de €



Fl. 185
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

2019.02.21

427.118,12 (quatrocentos e vinte e sete mil e cento e dezoito euros e doze centimos) da empreitada de "Requalificação do Parque de Santa Helena".

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 14 - EMPREITADA DE "VALORIZAÇÃO DA IGREJA DE SÃO PEDRO DE TAROUCA" - PROJETO, CADERNO DE ENCARGOS E ORÇAMENTO NO VALOR DE € 135.700,00

Presente o processo da empreitada de "Valorização da Igreja de São Pedro de Tarouca", composto pelo projeto, caderno de encargos e orçamento no valor de € 135.700,00 (cento e trinta e cinco mil e setecentos euros).

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto, o caderno de encargos e o orçamento no valor de € 135.700,00 (cento e trinta e cinco mil e setecentos euros), da empreitada de "Valorização da Igreja de São Pedro de Tarouca".

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse o seguinte:

"Os dois projetos dos pontos anteriores são urgentes e estrategicamente relevantes para o futuro do Concelho.

A Santa Helena porque é uma serra é de enorme valor e não tínhamos nada estruturado para lá.

E a valorização da Igreja de S. Pedro, todos somos conhecedores, pelo facto de ser um património relevante, no centro da Cidade, sem técnicos que permitissem a sua visita. Com este projeto, há o compromisso por parte da Paróquia de S. Pedro de integrar o Monumento no roteiro Vale do Varosa, passando hoje também os turistas por Tarouca."

PONTO 15 - CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA COM MARCOS DE JESUS PEREIRA

Presente o contrato promessa de compra e venda celebrado com Marcos de Jesus Pereira e esposa, através do qual vendem ao Município pelo valor de € 8.000,00 (oito mil euros) o seguinte prédio:

- Prédio rústico, sito no lugar de Ponte Pedrinha, composto de terra de cultura, fruteiras e árvores dispersas, com a área de 1820 m², inscrito na respetiva matriz da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares sob o artigo seis mil e duzentos e vinte e um.

Foi deliberado por unanimidade ratificar o presente contrato promessa e comprar a Marcos de Jesus Pereira e esposa pelo preço de € 8.000,00 (oito mil euros) o prédio rústico, sito no lugar de Ponte Pedrinha, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, composto de terra de cultura, fruteiras e árvores dispersas, com a área de 1820 m², inscrito na respetiva matriz sob o artigo seis mil e duzentos e vinte e um, destinado à construção do Parque Ribeirinho de Tarouca e a integrar o domínio municipal

público, correspondendo à parcela de terreno identificada sob o número trinta no projeto da referida obra.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luiz Mauro da Silva Pereira*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

